



VIII - a análise e a proposição de políticas de ação visando valorizar os aspectos de interesse turístico do Município;

IX - a organização e manutenção dos serviços relativos a mercados e feiras livres;

X - o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- Superintendência de Comércio e Turismo, contendo:
 - Diretoria de Fomento ao Turismo.
- Superintendência de Desenvolvimento Industrial, contendo:
 - Diretoria de Plantas Industriais; e
 - Diretoria de Acompanhamento de Projetos.
- Superintendência de Ciência, Tecnologia e Inovação, contendo:
 - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico.
- Superintendência de Serviços Integrados.

SEÇÃO XVI DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Art. 17. A Secretaria Municipal da Fazenda é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

I - A proposição das políticas tributária e financeira de competência do Município;

II - a elaboração e o fomento da execução do Plano de Ação Governamental, em coordenação com os demais órgãos da Prefeitura;

III - o acompanhamento e o controle da execução financeira de contratos e convênios celebrados pelo Município;

IV - o cadastramento, o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos e demais receitas municipais;

V - o registro, o acompanhamento e o controle contábil da administração orçamentária, financeira e patrimonial;

VI - a inscrição, o controle e a cobrança amigável da dívida ativa do Município;



VII - o acompanhamento, a fiscalização e a preparação das prestações de contas de recursos transferidos de outras esferas de Governo para o Município;

VIII - a fiscalização e a tomada de contas dos órgãos de administração centralizada, encarregados da movimentação de dinheiro e valores;

IX - o recebimento, o pagamento, a guarda, a movimentação e a fiscalização dos dinheiros e outros valores;

X - a elaboração, em coordenação com os demais órgãos da Prefeitura, das propostas orçamentárias anual e plurianual e o acompanhamento de sua execução, de acordo com as políticas estabelecidas pelo Governo Municipal;

XI - o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- Superintendência de Tributação, contendo:
 - Diretoria de Cadastro e Tributação;
 - Diretoria de Fiscalização.
- Superintendência de Finanças, contendo:
 - Diretoria de Contabilidade;
 - Diretoria de Tesouraria;
 - Diretoria de Análise e Prestação de Contas; e
 - Diretoria de Contas a Pagar.

SEÇÃO XVII DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE

Art. 18. A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

I - A proposição da política municipal de esportes e lazer, os planos, programas e projetos municipais relacionados com o apoio e ao incentivo ao esporte e lazer;

II - a proposição do calendário oficial de eventos de esportes e lazer do município;

III - a implementação e coordenação da execução da política municipal de esportes e lazer;

IV - o planejamento, projeção, execução e/ou apoio as atividades de esportes e lazer no município;



V - a avaliação do desenvolvimento das atividades de esportes e lazer no Município;

VI - a implementação e coordenação da execução da política municipal de juventude;

VII - a celebração de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos com entidades de direito público e privado, estaduais e nacionais, para realização de seus objetivos;

VIII - a proposição de normas relacionadas ao estímulo e ao desenvolvimento do esporte e lazer, e mobilização da juventude no âmbito de sua competência;

IX - o exercício da supervisão das atividades dos órgãos e das entidades da sua área de competência;

X - a promoção da execução de atividades esportivas e de lazer visando a integração dos bairros e dos distritos, entre si;

XI - a administração dos centros poliesportivos;

XII - a programação e execução de atividades de esportes e lazer, de caráter popular, entre elas, as ruas de lazer;

XIII - o apoio à organização e o desenvolvimento de associações e grupos comunitários com esportivos e de lazer;

XIV - a coordenar, desenvolvimento e execução de trabalhos para atender grupos da Terceira Idade no município;

XV - o desempenho de outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- Superintendência de Esportes, contendo:
 - Diretoria de Programas e Eventos.
- Superintendência de Lazer, contendo:
 - Diretoria de Lazer.
- Superintendência de Juventude, contendo:
 - Diretoria de Mobilização do Jovem.

SEÇÃO XVIII

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Art. 19. A Secretaria Municipal de Ordem Pública é o órgão da Prefeitura que tem por competência:



I - Assessorar o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relacionadas à segurança pública, em parceria com os órgãos estaduais e federais;

II - elaborar, em articulação com as demais secretarias, a política de defesa social do município, de educação cidadã, de defesa civil;

III - responsabilizar-se pelo planejamento, implantação, gerência e administração da Guarda Municipal, conforme Legislação pertinente;

IV - promover a política de articulação e mediação entre a Prefeitura, a Sociedade Civil, os Conselhos de Segurança Pública, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Civil e Militar, o DETRAN, a Polícia Federal, o Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos e instituições de segurança, visando a cooperação e a ampliação da capacidade de defesa da população;

V - articular as políticas e ações de defesa social que contribuam para a redução da violência e da criminalidade;

VI - planejar, implementar e monitorar os programas de educação para o trânsito e de combate às drogas;

VII - contribuir com ações efetivas, dentro dos seus limites de competência, para a redução e a contenção dos índices de criminalidade;

VIII - estabelecer ações, convênios e parcerias, quando necessário, com entidades que exerçam atividades destinadas a estudos e pesquisas de interesse da segurança pública.

IX - a autorização, a fiscalização, a regulamentação e o controle dos transportes públicos coletivos, bem como de outros serviços públicos ou de utilidade pública concedidos e permitidos;

X - a administração e a implantação do plano de sinalização e trânsito, em articulação com os órgãos estaduais afins;

XI - planejar e implementar as ações de vigilância e segurança patrimonial;

XII - monitorar as áreas de risco do Município;

XIII - planejar e coordenar as ações de defesa civil no Município;

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Ordem Pública compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- Superintendência de Transporte e Trânsito, contendo:
 - Diretoria de Engenharia de Trânsito;
 - Diretoria de Educação de Trânsito e Estatística;
 - Diretoria de Operação de Trânsito;



- Diretoria de Gerenciamento e Processamento de Multas;
 - Diretoria de Transporte Público; e
 - Diretoria de Sinalização de Trânsito.
- Superintendência de Segurança Municipal, contendo:
- Diretoria de Guarda Municipal.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS COMUNS

Art. 20. São competências comuns a todas as Secretarias:

I - participar do processo de elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA;

II - promover e executar contratos e convênios concernentes aos seus serviços;

III - administrar a execução orçamentária, monitorando a evolução das receitas, os indicadores, as metas, os limites e os saldos previstos no PPA, LDO e LOA;

IV - elaborar o relatório anual de suas atividades e submetê-lo ao Prefeito.

CAPÍTULO IV DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir na estrutura organizacional ora aprovada, através de decretos, as alterações que se revelarem necessárias, em termo de supressão, ou remanejamento de órgãos e revisão de atribuições, de modo a ajustar-se a nova estrutura administrativa a fatores identificados posteriormente.

Art. 22. Ficarão automaticamente extintos os órgãos, os cargos e as funções da atual estrutura administrativa à medida que forem sendo providas as respectivas chefias da nova organização estabelecida pela presente lei.



CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Os cargos de provimento em comissão da estrutura prevista nesta lei, com seus valores quantitativos e forma de provimentos serão definidos na lei que dispuser sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Itabira.

Art. 24. Fica alterado o "Anexo VIII - Cargos de Provimento em Comissão - Símbolo, Denominação, Forma de Recrutamento, Quantitativo e Vencimentos", constante da Lei Municipal n. 4.061, de 4 de maio de 2007, que "Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Itabira, estabelece normas de enquadramento, institui novas tabelas de vencimentos e dá outras providências" (alterada pelas leis nos 4.117, de 2007; 4.139 e 4.189, de 2008; 4.255, 4.294 e 4.314, de 2009; 4.331, 4.343 e 4.392, de 2010; e 4.428, 4.429, 4.507 e 4.509, de 2011; e 4.517 e 4.518/2012; 4.558/2012), da seguinte forma:

I - ficam alteradas as denominações dos cargos de:

- a) "Assessoria de Comunicação Social", para "Subsecretaria de Comunicação Social";
- b) "Departamento" para "Superintendência";
- c) "Seção" para "Diretoria";
- d) "Departamento Jurídico" da Secretaria Municipal de Saúde para "Superintendência de Assessoria Jurídica";

II - ficam alterados os quantitativos, nos cargos de:

- a) "Secretário", o quantitativo de "14" para "15";
- b) Secretário-Adjunto, no nível "35", o quantitativo de "8" para "15";
- c) "Departamento", no nível "34", o quantitativo de "48" para "58";
- d) "Seção", no nível "33", o quantitativo de "99" para "122";
- e) "Gerente de Serviços", no nível "32", o quantitativo de "34" para "85"; e
- f) "Gerente de Unidade de Saúde", no nível 32, o quantitativo de "23" para "33".



III - fica alterado o nível do cargo de Administrador Distrital de "33" para "35".

IV - fica alterado o nível do cargo de Gestor de Orçamento de "32" para "33".

V - ficam criados os seguintes cargos:

a) Diretor de Escritório, nível 35, quantitativo "1";

b) Empreendedor Público, nível 34, quantitativo "10".

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento do Município, os ajustamentos que se fizerem necessários em decorrência desta lei.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, de R\$4.476.272,52 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), para cobrir as despesas decorrentes da implantação da presente lei.

Parágrafo único: Os recursos para atender o disposto no art. 27, serão provenientes do superávit financeiro e dotações orçamentárias dos exercícios subsequentes.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. 2.944, de 23 de julho de 1993, e modificações introduzidas posteriormente.

Prefeitura Municipal de Itabira, 10 de junho de 2014.

"166º Ano da Emancipação Política do Município"
"Ano Municipal do Centenário de Dr. Altamir Nunes de Barros"

DAMON LÁZARO DE SENA
PREFEITO MUNICIPAL

JADIR EUSTÁQUIO DO ESPÍRITO SANTO
CHEFE DE GABINETE



ANEXO I

ANEXO I - A

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SÍMBOLO, DENOMINAÇÃO, FORMA DE RECRUTAMENTO E QUANTITATIVO

Nível	Cargo em Comissão	Forma de Recrutamento	Quantitativo	Requisitos
	Secretário Municipal	Ampla	15	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
36	Chefe de Gabinete	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
36	Ouvidor-Geral do Município	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
36	Procurador-Geral do Município	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ser Advogado.
35	Subsecretário de Comunicação Social	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
35	Coordenador Municipal do Sistema de Atenção às Urgências	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo;
35	Administrador Distrital	Ampla	2	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
35	Secretário-Adjunto	Ampla	15	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
35	Diretor de Escritório	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
34	Superintendente	Ampla	29	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
34	Diretor Escolar	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Possuir formação em Pedagogia, licenciatura ou possuir habilitação profissional de magistério de 1º grau; Ter conhecimento de processador de textos, de planilha eletrônica e de uso de internet.
34	Ouvidor da Secretaria Municipal de Saúde	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou



				qualificação profissional compatível com o cargo.
34	Secretário Executivo do Procon	Ampla	1	Ter 18 anos completos; Ser Advogado.
34	Empreendedor Público	Ampla	10	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
33	Diretor	Ampla	61	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
32	Gerente de Serviços	Ampla	60	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
32	Gerente de Unidade de Saúde	Ampla	33	Ter 18 anos completos; Ter formação de nível superior na área de saúde.
TOTAL			234	



ANEXO I - B

QUADRO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Nível	Cargo em Comissão	Forma de Recrutamento	Quantitativo	Requisitos
34	Superintendente	Restrito	29	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
34	Diretor Escolar	Restrito	21	Ter 18 anos completos; Possuir formação em Pedagogia, licenciatura ou possuir habilitação profissional de magistério de 1º grau; Ter conhecimento de processador de textos, de planilha eletrônica e de uso de internet.
33	Diretor	Restrito	61	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
33	Gestor de Orçamento	Restrito	25	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
32	Gerente de Serviços	Restrito	25	Ter 18 anos completos; Ter experiência ou qualificação profissional compatível com o cargo.
TOTAL			161	



ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SÍMBOLO, VENCIMENTOS E CARGA HORÁRIA SEMANAL

NÍVEL	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
SM	10.578,35	40 h
36	10.578,35	40 h
35	5.578,12	40 h
34	4.462,48	40 h
33	3.346,86	40 h
32	2.231,23	40 h